

REGULAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE MDL DA PLANTAR SIDERÚRGICA S.A.

Andréa Cardoso Ventura¹
José Célio Silveira Andrade²

Resumo

Há décadas, ambientalistas em todo o mundo vêm alertando a sociedade sobre os problemas causados pela má utilização dos recursos naturais disponíveis. No entanto, somente após a descoberta do buraco na camada de ozônio e da confirmação de que a emissão de gases do efeito estufa trará conseqüências desastrosas para a humanidade, é que o aquecimento global tornou-se o tema do momento. Buscando soluções globais para a problemática, surge o Protocolo de Kyoto, tendo entre suas estratégias o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Entre os requisitos básicos do MDL, encontra-se a obrigatoriedade de a empresa proponente comprovar que ouviu (e levou em consideração) a opinião dos atores impactados pelo projeto, e demonstrar efetiva contribuição deste para o desenvolvimento sustentável do local. Ocorre que, nem sempre empresas e atores de sua área de influência têm interesses convergentes e a mesma visão sobre possíveis impactos positivos e negativos a serem gerados pelos projetos de MDL. Esses conflitos de interesses e percepções foram enfrentados pelo Projeto Plantar, um dos pioneiros na inauguração do Mercado de Carbono no Brasil. Diversos *stakeholders* posicionaram-se contrários à sua aprovação. Assim, este estudo de caso analisa os principais conflitos socioambientais ligados ao Projeto Plantar e os mecanismos político-institucionais utilizados para a sua regulação. Para tanto, foi realizada ampla análise documental e entrevistas semi-estruturadas com alguns dos principais atores estratégicos, tanto da empresa quanto do movimento social contrário à aprovação do projeto. Ao final, apresenta-se um balanço sobre as estratégias de regulação utilizadas.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais; Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); Atores Sociais; Projeto Plantar

Abstract

For decades, environmentalists around the world have been warning the society about the problems caused by the misuse of natural resources available. However, only after the discovery of the hole in the ozone layer and the confirmation that the emission of greenhouse

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Mestranda em Estudios Contemporaneos en America Latina pela Universidad Complutense de Madrid (UCM). Pesquisadora do LABMUNDO/UFBA. Rua Fia Luna, n. 48, Stella Maris, Salvador, Bahia. Fone: (71) 3374-1208. E-mail: andreaventurassa@gmail.com

² Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professor adjunto do NPGA/ UFBA e Pesquisador do LABMUNDO. Bolsista CAPES de Pós-Doutorado na Universidade Laval – Canadá. Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela, Salvador, Bahia. Fone: (71) 3237-1771. E-mail: celiosa@ufba.br

gases will bring disastrous consequences for humanity, global warming has become the topic of the moment. Seeking solutions to the problem, emerges the Kyoto Protocol, having between its strategies the Clean Development Mechanism (CDM). Among the basic requirements of the CDM, is the requirement for proof that the proposing company heard (and took into account) the views of actors impacted by the project, and demonstrate effective contribution to the sustainable development of the site. It occurs that, not always companies and actors of its influence area have converging interests and the same vision about possible positive and negative impacts to be generated by CDM projects. These conflicts of interests and perceptions were faced by the Plant Project, one of the pioneers in the inauguration of the Carbon Market in Brazil. Various stakeholders position itself against its adoption. Thus, this case study examines the major social conflicts linked to Plant Project and the political-institutional mechanisms used for its regulation. So, extensive analysis was done on documents and information collected by semi-structured interviews with some major strategic actors, both of the company as the social movement against the approval of the project. In the end, it presents a report on the strategies used to regulate.

Key words: Socioenvironmental Conflicts; Clean Development Mechanism (CDM); Stakeholders; Plantar Project.

1. Introdução

Indubitavelmente, a principal temática ambiental da atualidade é a mudança climática. O interesse pelo assunto atinge organizações e indivíduos em todo o mundo. A divulgação, por parte do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), de relatórios que confirmam a responsabilidade da atuação humana sobre alterações que vêm ocorrendo no clima terrestre e apresentam previsões alarmantes sobre o futuro do planeta no caso da continuidade das atuais taxas de emissão dos chamados Gases do Efeito Estufa (GEE), fez com que o assunto adquirisse grandes proporções. Verifica-se o interesse em busca de uma possível solução para o problema não apenas por parte de nações, empresas ou grupos ambientalistas. Uma grande parcela da sociedade mundial também está se mobilizando para enfrentar o que é considerado um dos maiores e mais complexos problemas ambientais já enfrentados pela humanidade.

Em realidade, há mais de trinta anos as nações vêm buscando, via diplomacia internacional, formas coletivas de amenizar os impactos da ação do homem sobre o meio ambiente. Com a tomada de consciência sobre a finitude dos recursos naturais, constatou-se a necessidade de construção de uma nova governança ambiental global, de um novo modelo de gerenciamento para as questões ligadas ao meio ambiente. Nesse momento histórico, ocorrido no início da década de 1970, já se sabia da necessidade de que essa construção fosse realizada conjuntamente pelos países. Não era mais possível pensar única e exclusivamente nos interesses nacionais.

Considerado o principal mecanismo multilateral para a redução dos GEE sob a atmosfera, o Protocolo de Kyoto é o primeiro mecanismo global que estipula metas reais de diminuição dessa emissão. Entre as estratégias estabelecidas pelo Protocolo uma desperta especial interesse para o Brasil, tendo em vista ser a única que permite a participação de países em desenvolvimento. Trata-se do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, mais conhecido por sua sigla: MDL. Através dele é permitida a redução de GEE em países em desenvolvimento, que em um primeiro momento não possuem metas assumidas frente ao acordo, através de projetos financiados por países desenvolvidos.

Diversos estudos vêm sendo desenvolvidos buscando melhor compreender o funcionamento do MDL, sua aplicabilidade e viabilidade, os reais resultados ambientais

obtidos, as negociações financeiras nele envolvidas, entre outros. No entanto, uma outra característica de sua estrutura despertou o interesse da presente pesquisa: a obrigatoriedade de a empresa proponente comprovar que ouviu a opinião dos atores sociais impactados pelo projeto, e ainda garantir que essa opinião foi levada em consideração no momento da formulação do mesmo.

Acredita-se que a inclusão dessa obrigatoriedade entre os requisitos do MDL esteja intimamente ligada com a evolução da governança ambiental nas últimas décadas. Conforme ressalta Viola (2005), verificam-se mudanças significativas em relação ao papel exercido por cada um dos diferentes atores estratégicos nas últimas décadas. Nos anos 1970, teria havido um papel destacado para os estados, sendo que, nos anos 1980, esse destaque ter-se-ia deslocado para a sociedade civil. Já nos anos 1990, o “eixo da governabilidade” ter-se-ia modificado gradualmente para o campo do mercado e seus atores.

Em busca do atendimento aos mais diversos interesses em jogo, esses atores estratégicos são levados a dialogar, visando obter uma alternativa viável à questão ambiental. No entanto, a realidade é que as questões ambientais envolvem, por si só, sentimentos distintos, olhares diferenciados sobre um mesmo objeto. Por esse motivo, em uma relação que envolva problemas relacionados ao meio ambiente, certamente haverá conflitos de interesse. É necessário, então, aproximar as diferentes lógicas de ação desses atores para a obtenção de um mínimo de cooperação (ANDRADE, 2000).

Esses diferentes olhares também são percebidos quando se observa as questões relacionadas ao Protocolo de Kyoto e aos projetos de MDL. Dessa forma, torna-se interessante analisar as estratégias político-institucionais utilizadas para regular os conflitos existentes acerca de um projeto dessa natureza, visando a legitimar a proposta perante as partes envolvidas e, assim, garantir a aprovação do projeto.

Optou-se pela análise do Projeto Plantar, desenvolvido pela empresa mineira Plantar Siderurgia SA. A escolha deste projeto, dentre os mais de duas centenas já aprovados pelo Brasil no âmbito do Mercado de Carbono, deu-se por três motivos fundamentais:

- 1) O Projeto Plantar foi um dos pioneiros a inaugurar o mercado de créditos de carbono no Brasil.
- 2) A metodologia de “sumidouro de carbono” via plantação de florestas de eucalipto, utilizada pelo Projeto, ainda é bastante controversa.
- 3) O Projeto recebeu muitas críticas por parte de um número significativo de atores sociais ligados à sociedade civil organizada, contrários à sua aprovação.

Buscando a compreensão, por parte dos leitores, sobre a análise realizada, o presente artigo apresenta uma breve explicação sobre o que são projetos de MDL e qual a sua relação com conflitos socioambientais entre empresas e atores sociais, realizando, em seguida, a apresentação dos conflitos relacionados ao Projeto Plantar. Ao final, realiza-se explanação sobre os principais mecanismos político-institucionais verificados pelos pesquisadores na regulação desses conflitos.

A metodologia de pesquisa utilizada para a construção desse trabalho envolveu pesquisa bibliográfica sobre os principais temas envolvidos, englobando documentos científicos e artigos publicados pela mídia virtual e impressa; documentos de apresentação do Projeto; sete cartas-manifesto elaboradas por indivíduos e organizações contrários à aprovação do projeto; e entrevistas semi-estruturadas com integrantes da empresa Plantar, proponente do projeto em análise, e com membros do movimento social contrário à sua aprovação.

2. Projetos de MDL e conflitos socioambientais

Sendo a atmosfera terrestre um bem público global cuja regulamentação impacta todos os países do mundo, após a constatação dos efeitos do GEE e da necessidade de alterações na

relação do homem com o meio ambiente, fez-se necessário o estabelecimento de um grande acordo internacional que procurasse uma solução viável ao problema. Foi assim que, após anos de negociações, surgiu, em 1997, ratificado por 132 países, o Protocolo de Kyoto, considerado o mais significativo marco político mundial em questões relacionadas ao meio ambiente. O instrumento só entrou em vigor em 2005, quando foi possível cumprir a condição básica para sua vigência: sua ratificação por um número mínimo de países desenvolvidos, que corresponderem, ao menos, por 55% do total de emissões desses gases, tomando-se como referência os níveis de 1990. A meta é que, em um primeiro período de vigência, compreendido entre 2008 e 2012, 38 países desenvolvidos reduzam suas emissões, em média, 5,5% abaixo dos níveis de referência, sendo possível atingir a redução de até 61,6% (LOPES, 2002).

Um dos principais entraves enfrentados durante sua formulação relacionava-se à participação dos países em desenvolvimento no cumprimento das metas, tendo em vista que, comprovadamente, os países desenvolvidos tiveram maior responsabilidade pelos níveis atuais de GEE na atmosfera. Por este motivo, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) divide os países em categorias para o estabelecimento de metas, ou não. O chamado “Anexo I” é formado por dois subgrupos - países do “Anexo II”, composto pelas nações ricas, grupo bastante semelhante à Organização de Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em termos de componentes, e os países denominados “Economias em Transição”, abrangendo países da Europa Oriental e a maioria dos países da antiga União Soviética -, sendo que seus integrantes possuem metas de redução; e os “Não-Anexo I”, categoria formada pelos países em desenvolvimento, sem metas definidas para o primeiro período de vigência do Protocolo (VENTURA e ANDRADE, 2006).

O Protocolo de Kyoto estabelece, assim, que as reduções de emissão de GEE e/ou a remoção de CO₂ dar-se-á por três mecanismos distintos. Dois destes - a “Implementação Conjunta” e o “Comércio de Emissões” -, têm sua atuação restrita aos países desenvolvidos ou industrializados. Já o terceiro, o “Mecanismos de Desenvolvimento Limpo” (MDL), permite a participação de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. O propósito inicial da inclusão desse último mecanismo no rol de estratégias do Protocolo foi garantir assistência para que os países em desenvolvimento viabilizassem o seu desenvolvimento sustentável, contribuindo, ao mesmo tempo, para a redução global dos GEE na atmosfera. Este objetivo seria atingido através da implementação de projetos de redução e/ou seqüestro desses gases em países em desenvolvimento, financiados por países desenvolvidos, envolvendo investimentos em tecnologias mais eco-eficientes, substituição de fontes de energias fósseis por renováveis, racionalização do uso da energia, florestamento e reflorestamento, entre outras (LOPES, 2002).

Em junho de 2007, o Brasil era o terceiro colocado nas negociações mundiais relacionadas a projetos dessa natureza, com 226 projetos registrados no Conselho Executivo de MDL. Esse número representava 11% do volume mundial de negociações. A primeira colocação era ocupada pela Índia, com 673 projetos, e a segunda pela China, com 547. Verifica-se que o interesse das empresas brasileiras por projetos de MDL recai, especialmente, sobre questões relacionadas à geração de energia (61% do total de projetos). Em seguida, encontram-se projetos ligados à suinocultura (17%) e os aterros sanitários (11%) (MCT, 2007b).

O interesse das empresas em reduzir emissões pode estar ligado ao cumprimento de exigências ambientais, à consciência ambiental de seus dirigentes, a acordos firmados com governantes, à verificação da necessidade de ceder a pressões de seus públicos de interesse, a ganhos de imagem, e à possibilidade de obtenção de ganhos financeiros significativos, através da negociação dos chamados Créditos de Carbono. De acordo com Vela (2005), esse é um dos pontos de maior impacto trazidos pelo Protocolo de Kyoto para as negociações internacionais.

A redução da emissão de gases gera uma nova “moeda” no mercado financeiro mundial. Esse crédito pode ser entendido como um benefício, um prêmio recebido por uma empresa ou nação como recompensa por seus esforços em evitar ou reduzir suas emissões de GEE, ou então por retirar gás carbônico da atmosfera, ato que nesse mercado recebe o nome de “seqüestro” ou remoção. Essa recompensa viria na forma de títulos representativos dos Créditos de Carbono conquistados, os denominados Certificados por Emissões Reduzidas (CERs), também conhecidos por Reduções Certificadas de Emissões (RCEs).

Esses certificados representam créditos que podem ser utilizados pelos países do “Anexo I” como um modo de cumprimento parcial de seus objetivos. Com isso, parte do compromisso de redução pode ser comprovado através da aquisição de CER emitidos por outro país. A idéia é que, sendo a atmosfera terrestre única, abrangendo todos os países do mundo, a redução de gases efetuada em uma nação terá impacto positivo para o clima como um todo. Dessa forma, a quantidade de gases reduzida por um país pode ser comprada por outro. Essas negociações são realizadas através das CERs.

Para que sejam considerados elegíveis como projeto de MDL, as atividades propostas devem observar alguns critérios fundamentais, entre os quais o da adicionalidade, que pressupõe a comprovação de efetiva redução da emissão de GEE e/ou remoção de CO₂ adicional ao que ocorreria na ausência desse projeto. Outro requisito fundamental é que o projeto contribua para o desenvolvimento sustentável do país aonde venha a ser implementado, ou seja, que ele promova desenvolvimento assegurando as necessidades do presente sem comprometer às das gerações futuras. No entanto, conforme ressaltado anteriormente, o interesse desta pesquisa recai sobre outra de suas condições básicas: a obrigatoriedade de comprovação de que a opinião de todos os atores (entendidos pelo Protocolo como o público, incluindo indivíduos, grupos e comunidades afetadas ou com possibilidade de serem afetadas pela atividade do projeto) impactados pelas atividades de projeto foi levada em conta. Ou seja, esses atores deverão ser consultados a este respeito, sob pena de não aprovação do projeto.

Ocorre que, como em todas as questões que envolvem o meio ambiente, também em um projeto de MDL há diferentes visões sobre a forma como os recursos naturais estão sendo utilizados ou tratados. Isso ocorre porque, sendo o meio ambiente um bem coletivo, cada um dos atores envolvidos possui sua própria forma de entender como ele deve ser aproveitado. E é nessa perspectiva, na disputa dos interesses pelo uso desse bem, que surgem os conflitos (IBASE, 1995).

Conflitos socioambientais podem ser definidos como disputas entre grupos sociais advindas dos diferentes tipos de relação que estes mantêm com seu meio natural (LITTLE, 2001). Existe uma forte tendência em se pensar o meio ambiente apenas sob a ótica biológica, considerando-se aspectos de flora e fauna. No entanto, é necessário pensar-se a natureza também como morada da espécie humana, o que “nos ajuda a entender o meio ambiente como um espaço comum, habitado por diferentes indivíduos, diferentes grupos sociais e diferentes culturas (SCOTTO, 1997, pág. 1). Entretanto, cada indivíduo ou grupo social utiliza esses recursos de acordo com seus interesses e necessidades, o que pode trazer conflitos. Desta forma, Scotto (1997) afirma que, “dentro do campo das lutas sociais, encontramos conflitos entre pessoas e grupos de interesses divergentes que disputam pelo acesso aos recursos naturais e pela gestão do meio ambiente” (pág. 1). Há, conforme define Acsehrad (2004), uma relação íntima e indissociável entre sociedade e meio ambiente.

Le Prestre (2000) entende que “problemas ambientais implicam conflitos simultaneamente inevitáveis e normais” (pág. 28). Isso ocorre porque as questões ambientais colocam em discussão as opções realizadas por sociedades anteriores ou até mesmo a noção de desenvolvimento. Para o autor, esses conflitos se apresentam de formas variadas, dizem

respeito à identificação dos problemas e das soluções, bem como à forma de utilização dos recursos naturais, e envolvem questões do âmbito local ao global.

Considerando-se que cada conflito possui seus ambientes naturais particulares, juntamente com seus atores sociais e relações próprias de cada conflito, Little (2001) propõe três procedimentos básicos, necessários à sua análise: a) identificação e análise dos principais atores envolvidos no conflito, tomando por base seus interesses econômicos e ambientais; b) identificação e análise dos principais agentes naturais envolvidos no conflito; e, c) análise sintética e global do conflito, incluindo a identificação de impactos ambientais. Quando se analisa, então, os conflitos ligados a um projeto de MDL, deve-se verificar não apenas a empresa proponente, e sua lógica de ação, mas também os demais atores sociais dessa relação.

Segundo Scotto & Limonic (1997), à medida que, paulatinamente, os trabalhos sobre o meio ambiente foram aproximando-se das ciências sociais, surgiram algumas linhas de pensamento ecológico social que buscam defender a gestão das relações sociais como um dos fatores determinantes para a escolha do modo de uso e apropriação dos recursos naturais. É justamente nesta linha de pensamento que se encontra esta pesquisa. Em sua elaboração, a gestão ambiental de uma empresa é entendida como uma forma de mediação de conflitos socioambientais, por meio de processos de negociação, dando ênfase ao papel das diversas partes impactadas pelos empreendimentos (GOBBI e BRITO, 2005), já que a atenção dada aos públicos de interesse, em assuntos relativos à questão ambiental, adquiriu, nos últimos tempos, importância estratégica.

Existem, entre os estudos relacionados à área ambiental, aqueles que consideram a “gestão do meio ambiente como resultante da participação de atores sociais, da construção de sujeitos coletivos, da constante composição, oposição e negociação entre interesses individuais e coletivos em torno da apropriação dos recursos naturais” (ANDRADE *et al*, 2005, p. 1). Desta forma, todos os problemas socioambientais são, em realidade, formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos. Em torno de problemas socioambientais ocorrem confrontos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, sendo que cada um desses atores segue sua lógica própria (IBASE, 1995; ACSELRAD, 2004). Desse processo de confrontação de interesses surgem os mecanismos político-institucionais que asseguram a regulação dos conflitos. Na opinião de Scotto & Limonic (1997), para que essa atividade de negociação seja desenvolvida é necessária alguma forma de entendimento, de acordos entre as partes, visando atingir consensos básicos. Isso pode ser feito individualmente, devendo, no entanto, ser legitimado pela coletividade. Esse entendimento é buscado justamente através de negociações, de acordos.

3. Os conflitos socioambientais do Projeto Plantar

O Projeto Plantar foi desenvolvido pela empresa Plantar Siderúrgica S.A., integrante do Grupo Plantar. Fundado em 1967, o Grupo atua nos setores florestal e siderúrgico, estando sediado em Belo Horizonte, Minas Gerais. A atividade de reflorestamento à base de pinus e eucaliptos deu origem ao grupo, envolvendo práticas de silvicultura, administração de viveiros, plantio e manutenção de árvores, e a formação completa de florestas. Já a área de siderurgia iniciou-se em 1985, com a produção de ferro gusa voltada aos mercados nacional e internacional. Realizado através de uma parceria entre a Plantar e o Fundo Protótipo de Carbono (PCF), do Banco Mundial, o Projeto Plantar foi um dos primeiros a negociar créditos de carbono no Brasil (IETA, 2006), antes mesmo de ser analisado pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que no Brasil representa a Autoridade Nacional Designada (AND) para tratar de assuntos de MDL. Mesmo sem a validação do Projeto por aquele órgão competente, o PCF garantiu a compra dos créditos gerados durante os sete primeiros anos de sua implantação, numa operação que envolve US\$ 5,3 milhões. A

metodologia proposta tem como objetivo geral a redução de emissões de gases do efeito estufa por meio da utilização de combustível renovável (carvão vegetal proveniente de plantios sustentáveis de eucalipto) no lugar de combustível fóssil (coque de carvão mineral) ou biomassa não-renovável (carvão vegetal de florestas nativas), na indústria de ferro gusa. Com isso, ao longo de 28 anos, o Projeto prevê a diminuição da concentração de gás carbônico (CO₂) na atmosfera em aproximadamente 12,8 milhões de toneladas equivalentes, gerando a possibilidade de negociação de mais de US\$ 30 milhões em CERs - Certificados de Emissões Reduzidas (COLLER, 2002).

Para melhor compreensão da parceria entre a Plantar e o Banco Mundial, é importante ressaltar que o Banco é um organismo internacional de propriedade de diversos países, tendo entre seus objetivos a ajuda a países em desenvolvimento na redução da pobreza e promoção de seu desenvolvimento social e econômico. Seus projetos de Financiamento de Carbono visam a apoiar o desenvolvimento de um mercado de redução de emissão de carbono, no âmbito do MDL, buscando assegurar que os países em desenvolvimento sejam incluídos no mercado de carbono.

Na prática, através dos projetos de Financiamento de Carbono, nos quais se encontra o Fundo Protótipo de Carbono (PCF), responsável pelo financiamento do Projeto Plantar, o Banco Mundial compra reduções “de alta qualidade” em projetos que, em tese, não agridam o clima em países em desenvolvimento. Essa iniciativa busca, de acordo com o Banco, alavancar os investimentos privados a favor da questão ambiental global (BANCO MUNDIAL, 2006). O Projeto Plantar teria sido escolhido pelo PCF em virtude da grande possibilidade de replicação de sua metodologia em outros países do mundo (ANALISTA DE PROJETOS, informação verbal, 2007).

Em realidade, a concepção completa do Projeto prevê a redução de GEE e remoção de gás carbônico por meio de quatro atividades parcialmente integradas:

1) Atividade Florestal: prevê a remoção e estoque de gás carbônico (CO₂) em 23.100 hectares de plantios sustentáveis de eucalipto, localizados em áreas que estariam ocupadas por pastagem na ausência do projeto.

2) Atividade de Carbonização: envolve a redução das emissões de metano (CH₄) no processo de produção do carvão vegetal (carbonização da madeira), através de melhorias na eficiência do processo de produção.

3) Atividade de Produção de Ferro Gusa: refere-se às emissões de CO₂ que foram evitadas através da utilização de carvão vegetal renovável (carbo-neutro) ao invés de coque ou biomassa não-renovável no processo de produção do ferro gusa.

4) Atividade de Regeneração do Cerrado: processo que envolve a regeneração induzida de aproximadamente 400 hectares de vegetação nativa de cerrado em terras não-florestadas, acima das exigências legais. Ressalta-se que esta é uma atividade-piloto, sendo que os Certificados de Emissões Reduzidas (CER) poderão ou não ser reivindicados, conforme fatores operacionais.

Verifica-se, então, que o Projeto pretende a busca tanto da redução das emissões de GEE quanto a remoção de CO₂ da atmosfera. As atividades acima descritas envolvem todo o processo produtivo do ferro gusa, desde o plantio de eucalipto, que será utilizado como fonte de energia para os fornos, até o estágio produtivo propriamente dito. É necessário esclarecer-se desde logo que, conforme acordo mundial oficializado através da Decisão 19 do Protocolo de Kyoto, em momento posterior à elaboração do Projeto Plantar, os créditos de atividades florestais devem ser contabilizados separadamente daqueles originários das atividades industriais. Por esse motivo, a Plantar viu-se obrigada a separar a metodologia de seu Projeto global, para fins de apresentação à Autoridade Nacional Designada (AND) brasileira e ao Conselho Executivo de MDL, em três projetos distintos: (1) Mitigação de emissões de metano

na produção de carvão vegetal; (2) Reflorestamento como fonte renovável de suprimento de madeira para uso industrial; e (3) Mitigação de CO₂ no processo de produção de ferro gusa, através do uso de carvão vegetal renovável (carbon-neutro) como fonte de energia termo-redutora (MCT, 2007a).

A atividade de reflorestamento, relacionada a projetos conhecidos por “remoção por sumidouro”, traz uma questão muito específica: ao mesmo tempo em as árvores que removem o CO₂ da atmosfera, liberam certa quantidade do mesmo gás, e emitem, ainda, óxido nitroso e metano. No entanto, apesar de haver emissão de gases, a Decisão 17/CP.7 do Acordo de Marraqueche autoriza considerar essas atividades como de remoção, sendo, portanto, passíveis de integrar o Protocolo. Trata-se do tipo de projeto que ainda provoca maiores incertezas dentre os elencados pelo Protocolo de Kyoto. De acordo com Lopes (2002), no âmbito do MDL, as definições e modalidades dessas atividades devem considerar questões de não-permanência, adicionalidade, fuga, incertezas e impactos socioeconômicos e ambientais.

Outro ponto importante em relação ao Projeto Plantar é que as florestas plantadas de eucalipto utilizadas pelo projeto são certificadas pelo FSC (*Forest Stewardship Council / Conselho de Manejo Florestal*), o que, de acordo com a Plantar, comprovaria ser esta uma atividade ecologicamente correta (GRUPO PLANTAR, 2006). Segundo os indicadores da FSC, os reflorestamentos industriais manejados e monitorados de acordo com seus princípios e critérios contribuiriam para a conservação da biodiversidade, proteção da fauna, dos solos e das águas. Além disto, essas florestas seriam carbo-neutras, ou seja, "reciclariam" o carbono presente na atmosfera.

Importante ressaltar que, desde o início de sua concepção, o Projeto declara trazer diversos benefícios sociais e ambientais para a região onde será desenvolvido. Entre as afirmações encontram-se: manutenção de, pelo menos, 20 hectares de floresta nativa preservada para cada 100 hectares de floresta plantada; preservação da fauna e da flora e proteção das nascentes d'água; implantação de corredores ecológicos; recuperação de áreas degradadas; criação de postos de trabalho nas áreas rurais; capacitação e educação ambiental aos trabalhadores (CARBONO FINANCE, 2006).

3.1 As críticas dos *stakeholders* ao Projeto Plantar

Verificou-se que as afirmações da empresa sobre vantagens advindas de seu projeto de MDL foram insuficientes para o convencimento de alguns de seus *stakeholders* estratégicos. Diversos atores sociais, oriundos não apenas do estado de Minas Gerais, onde se localiza a Plantar, como também da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, consideravam que o Projeto não seria passível de contribuir para a minimização das mudanças climáticas nem de gerar desenvolvimento sustentável para o Brasil. Representantes de organizações ambientalistas, organizações de defesa aos direitos humanos, dos índios, de famílias carvoeiras e de trabalhadores de forma geral, associações de geógrafos, pesquisadores, vereadores, deputados, grupos de luta pelo campo e pela terra e sindicatos de trabalhadores rurais iniciaram uma campanha pela não aprovação do projeto, ora em diante denominada Movimento Contrário ao Projeto Plantar, ou apenas, Movimento. De acordo com os dados levantados, a mobilização envolveu:

- Elaboração e envio de cinco cartas-manifesto endereçadas aos investidores do Fundo Protótipo de Carbono (PCF) do Banco Mundial entre março e dezembro de 2003;
- Elaboração e envio de uma carta-manifesto endereçada ao próprio Banco Mundial e à Presidência da República do Brasil, sendo copiada ao Ministério do Meio Ambiente, ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, em dezembro de 2003;
- Reuniões e manifestações de organizações contrárias ao Projeto realizadas durante a realização do Iº Fórum Social Brasileiro, ocorrido em 8 de novembro de 2003;

- Manifestações contrárias ao Projeto apresentadas durante a realização da Conferência sobre a Mudança Climática, realizada em Milão, Itália, em dezembro de 2003, culminando pela escolha do Projeto para receber o Prêmio Treetanic 2003, concedido ao “pior projeto de sumidouro de carbono do mundo”;
- Elaboração e envio de uma carta-manifesto endereçada ao Conselho Executivo de MDL, em junho de 2004;
- Elaboração, em 2004, de um vídeo-documentário denominado “Cartas em Vídeo”, enviado aos investidores do PCF;
- Diversas publicações contrárias ao Projeto Plantar e à certificação FSC concedida às plantações da Plantar, publicadas nos boletins da WRM de números 65, 70, 74, 76 e 77, entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003.
- Publicação das cartas-protesto elaboradas pelo Movimento no site da Sinkswatch, uma iniciativa do WRM para investigar os projetos de seqüestro de carbono envolvendo plantações florestais de eucalipto, destacando seus prejuízos às populações, aos ecossistemas e ao clima.
- Participação, em 2005, em espaço de discussões exclusivamente reservado ao Projeto Plantar, em Reunião de ONGs realizada no Canadá.

A transcrição abaixo, trazida da segunda carta-manifesto enviada ao PCF, apresenta um resumo sobre a principal alegação do Movimento, bem como de sua postura veemente ao se posicionar contrariamente ao Projeto Plantar pode ser vista na seguinte assertiva:

Os senhores não devem investir neste projeto e em nenhum outro projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que se baseie em plantação de monoculturas de árvores em larga escala por causa dos impactos negativos que essas plantações causam nos países do Sul, onde têm sido implementados (ACPO *et al*, 2003).

Através da análise das cartas-manifesto e das publicações acima citadas, juntamente com as informações obtidas por meio de entrevistas semi-estruturadas com integrantes-chave do Movimento, concluiu-se que este baseou sua argumentação em alguns pontos básicos, constantemente citados. O principal deles é que o Projeto Plantar não poderia ser aprovado pelo PCF enquanto um projeto de MDL, já que um de seus requisitos básicos e razão de sua criação por parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) é que a atividade de projeto a ser executada contribua com o desenvolvimento sustentável do país executante. Alega o Movimento que a produção de florestas de monocultura de eucalipto é totalmente incompatível com desenvolvimento sustentável.

Essa alegação é feita com base em críticas existentes por parte de diversas organizações defensoras do meio ambiente, a exemplo da Rede Alerta contra o Deserto Verde e do WRM (*World Rainforest Movement / Movimento Mundial pelas Florestas*), e por pesquisadores do Brasil e do mundo. Trata-se de críticas à empresas produtoras de eucalipto de forma geral, e não à Plantar propriamente dita. Entre elas, destacam-se:

- a) A expansão da monocultura de eucalipto em larga escala causaria impactos negativos de caráter social, econômico, ambiental e cultural para as comunidades locais;
- b) A ocupação das terras para esse fim viria ocasionando a expulsão de comunidades tradicionais como índios, negros e dezenas de milhares de agricultores, aumentando o desemprego;
- c) Por tratar-se de espécie exógena, o eucalipto não permitiria a sobrevivência da fauna e da flora local, acabando com a biodiversidade;
- d) Plantações de eucalipto ofereceriam trabalho durante, basicamente, os dois primeiros anos (preparação de terra, plantio, aplicação de agrotóxicos, capina e irrigação),

praticamente dispensando mão-de-obra durante os cinco anos restantes, até chegar ao ponto de corte;

- e) O uso de agrotóxicos nas plantações causariam danos à água e ao solo, prejudicando, conseqüentemente, as populações locais (WRM, 2006; ACPO, 2006; AGB, 2007; OVERBEEK, 2007b)

O Movimento ainda afirma que, não obstante acreditar que a certificação FSC é uma das mais interessantes iniciativas já vistas na área florestal, entende que há sérios questionamentos sobre sua aplicabilidade em monoculturas florestais (AGB *et al.*, 2003). A própria certificação da Plantar, juntamente com a de outra empresa do setor florestal, teria sido objeto, em outubro de 2002, de uma avaliação coordenada pelo WRM, onde se concluiu pela necessidade de revisão nos critérios e princípios do FSC, no que tange a certificação de plantações florestais.

Em relação ao projeto de MDL da Plantar, o Movimento afirma em suas cartas-manifesto que:

- a) O seqüestro de carbono por plantações de árvores não seria capaz de garantir uma apreensão a longo prazo, já que, cedo ou tarde, o CO₂ fixado será novamente liberado para a atmosfera;
- b) O argumento da empresa de que a produção de aço com utilização de energia de carvão vegetal é menos prejudicial ao meio ambiente do que a que utiliza carvão mineral, considerando a liberação de CO₂, não minimizaria os problemas trazidos por uma plantação de eucalipto;
- c) Apenas recentemente a Plantar teria buscado se aproximar das comunidades locais, com um único objetivo de coletar assinaturas de apoio ao Projeto Plantar;
- d) Não teria havido nenhuma explicação pública sobre o que seria, exatamente, o Projeto Plantar;
- e) Apesar de a Plantar e o PCF alegarem que o Projeto trata, sobretudo, de ‘substituição energética’, entendem que trata de ‘fixação de carbono’ através de florestas de eucalipto, o que seria inaceitável enquanto projeto de promoção de desenvolvimento sustentável;
- f) Discordam da diretoria do PCF quando esta afirma que a certificação FSC da Plantar seria o suficiente para responder aos questionamentos do Movimento. Alegam que, visto tratar-se de processos com histórico, procedimentos e objetivos distintos, um não pode ser aproveitado para a aprovação do outro. (WRM, 2006; ACPO, 2006; AGB, 2007; OVERBEEK, 2007b).

No tocante à empresa Plantar, as cartas do Movimento ressaltam que:

- a) Os plantios nessa região já teriam causado diversos impactos ambientais: secas de rios; plantio próximo a nascentes e em áreas de preservação permanente; uso indevido de agrotóxicos, causando a morte da fauna local e a inutilidade de rios por parte da comunidade. As comunidades de Cobú, Paiol de Cima, Canabrava e Boa Morte teriam sido forçadas a fazer poços artesianos para assegurar água para consumo;
- b) A empresa teria realizado o desvio de uma estrada tradicional, sem a consulta à comunidade local, causando sérios prejuízos tanto à população quanto ao meio ambiente. Nessa operação, o córrego Boa Morte teria sido praticamente aterrado;
- c) A empresa não disporia de Estudo e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA);
- d) Haveria diversos problemas trabalhistas, tanto na área de carvoaria, quanto na florestal;
- e) A certificação FSC da empresa, concedida em 1998 pela certificadora SCS, atingiria somente 4,8% das terras da empresa e não garantiria o “bom manejo florestal”;
- f) Nenhuma representação dos trabalhadores, nem das comunidades locais, teria sido consultada sobre a certificação FSC;

- g) As comunidades locais viriam sendo impedidas de deixar seu gado solto para pastar, prática tradicional da localidade. (WRM, 2006; ACPO, 2006; AGB, 2007; OVERBEEK, 2007b)

Conforme se percebe na análise até então realizada, os conflitos ligados ao Projeto Plantar possuem um alcance territorial, político e ideológico bastante extenso. Inicialmente, poder-se-ia pensar que um projeto de MDL tivesse entre suas “partes interessadas”, consideradas pelo Protocolo de Kyoto os indivíduos ou grupos direta ou indiretamente impactados pelas atividades desenvolvidas, atores sociais locais. No entanto, os dados existentes acerca do Projeto Plantar demonstram a necessidade de uma ampliação de visão.

Em realidade, essa exigência de vislumbrar um horizonte muito mais amplo deveria estar presente em todas as análises que envolvem a prática de projetos de MDL. Isso porque um projeto dessa natureza visa, através de uma atividade realizada localmente, a auxiliar na minimização de um problema que atinge a humanidade como um todo, as mudanças climáticas. Dessa forma, considerando-se a existência de inúmeros interesses em jogo, no tocante ao problema ambiental propriamente dito e às formas de regulação existentes, seria inevitável a existência de conflitos ligados às diversas escalas de atuação do projeto de MDL.

Especificamente no caso do Projeto Plantar, observa-se a existência das seguintes escalas analíticas:

- **Nível local:** as atividades do Projeto Plantar impactam diretamente as comunidades vizinhas das plantações florestais e das carvoarias da empresa, localizadas nos municípios de Curvelo, Felixlândia e Morada Nova de Minas, todos no estado de Minas Gerais, e também seus trabalhadores. Além desses atores sociais, há o envolvimento de ONGs ambientalistas e de cunho social locais contrárias ou favoráveis ao projeto, de sindicatos de trabalhadores, prefeituras, câmaras municipais, secretarias municipais, conselhos municipais de meio ambiente, organizações ligadas ao direito a terra, formadores de opinião. Aparentemente, os principais interesses desses atores no conflito estariam ligados aos impactos sociais e ambientais da eucaliptocultura, e sua conseqüente incompatibilidade com a promoção do desenvolvimento sustentável, bem como a atuação socioambiental da empresa.
- **Nível regional:** o estado de Minas Gerais é um dos principais plantadores de eucalipto do Brasil e também um dos principais produtores de ferro gusa do mundo, estando, dessa forma, entre os principais consumidores (reais ou potenciais) de carvão vegetal renovável como a melhor alternativa de substituição de coque mineral para o abastecimento dos fornos. Com isso, tem-se como principais partes interessadas as ONGs ambientalistas e/ou sociais de atuação estadual, pró e contra a eucaliptocultura, e também ligadas aos interesses relacionados à prática de carvoaria, Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), secretarias estaduais, a exemplo da do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Indústria e Comércio, o Instituto de Terras de Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas, conselho estadual de meio ambiente, instituições de pesquisa, entre outros. Ainda deve-se considerar que, em âmbito regional, os conflitos envolveram diversos atores sociais ligados ao Movimento pertencentes aos estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, diante da ligação existente com a Rede Alerta contra o Deserto Verde.
- **Nível Nacional:** neste quesito, encontram-se os próprios interesses nacionais em promover a participação brasileira nos projetos de MDL e no mercado de carbono propriamente dito, bem como nos interessados pela discussão sobre eucaliptocultura e desenvolvimento sustentável. Aqui, começam a se fazer mais presentes as discussões sobre a efetividade das plantações de eucalipto como “sumidouros de carbono”. Outro

ponto de grande interesse a nível nacional seria a grande extensão de plantações florestais certificadas pela FSC no Brasil. Com isso, considera-se que entre os atores sociais direta ou indiretamente impactados estão o próprio governo brasileiro, especialmente através do Itamaraty, da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima (CIMGC), e em especial do Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável por sua presidência, e do Ministério do Meio Ambiente, a Sociedade Brasileira de Silvicultura, Conselho Nacional das Indústrias, Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), ONGs socioambientalistas de atuação nacional, a própria Rede Alerta contra o Deserto Verde, visto que representante nacional da Rede Latinoamericana contra plantações florestais, entre outros. Destaca-se, especialmente, a participação da FSC Brasil e da certificadora SCS como atores de destaque no conflito.

- **Nível Internacional:** nesse aspecto, o conflito tem grande influência em todos os principais *players* do mercado de carbono no mundo, tendo em vista discutir os próprios mecanismos de governança para a regulação internacional para as mudanças climáticas e também, e talvez principalmente, o modelo de desenvolvimento adotado tanto pelos países do Norte como do Sul. Com isso, intensificam-se nessa esfera os debates sobre a efetiva contribuição de projetos ligados ao eucalipto para o desenvolvimento sustentável, bem como sobre a questionabilidade destes como “sumidouros de carbono”. Nesse cenário, o conflito envolve o Banco Mundial e seus fundos de financiamento, em especial o PCF, as Nações Unidas, através da UNFCCC (*Union Nation Framework on Convention Climate Change*), os grandes investidores/compradores de crédito de carbono internacionais, o mercado internacional de celulose e papel e de ferro, a FSC Internacional, as ONGs e movimentos socioambientalistas de atuação internacional, em especial a WRM (*World Rainforest Movement*).

3.2. Os argumentos do Grupo Plantar

Considerando que, de acordo com os pré-requisitos de projetos de MDL, a comprovação de que a opinião das partes interessadas ligadas ao Projeto foi considerada deve ser apresentada já no Documento de Concepção do Projeto (DCP), pergunta-se: como foi possível à Plantar obter a validação de seu Projeto, tanto por parte de seu parceiro, o PCF do Banco Mundial, quanto, posteriormente, perante a AND brasileira, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, havendo tantas manifestações contrárias? Quais foram as estratégias político-institucionais realizadas para que a empresa pudesse legitimar-se perante seus públicos de interesse nos quatro níveis analíticos acima citados e, assim, conseguir dar andamento ao seu projeto de MDL? A resposta a essas perguntas foi buscada através da análise das assertivas a esse respeito realizadas no próprio Documento de Concepção do Projeto (DCP), disponível no *website* do Ministério da Ciência e Tecnologia, e nos documentos de apresentação do Projeto Plantar, disponibilizados no *website* do PCF, no relatório de re-certificação da FSC, e em entrevistas semi-estruturadas junto à equipe de projetos de MDL, ao gerente de relações institucionais, ao coordenador socioambiental, ao analista ambiental e à equipe de comunicação da Plantar.

Em seção do DCP que trata sobre o “Comentário dos Atores”, a empresa afirma que a coleta das opiniões desse público foi realizada em três etapas, abaixo descritas, sendo que nas duas primeiras a empresa teria disponibilizado os documentos do Projeto para análise e posterior comentários no *website* do PCF, no *website* das Nações Unidas e nos escritórios da empresa.

✓ Etapa 1 (Outubro de 2001)

Os atores foram convidados a tecer comentários sobre “as atividades de projeto de plantio de florestas renováveis de eucalipto para produção de carvão vegetal a ser utilizado como matéria-prima na produção de ferro gusa” (MCT, 2007a, p. 50). Essa etapa teria correspondido à fase de cumprimento dos requisitos contratuais do próprio Banco Mundial e da entidade certificadora da FSC, e a oitiva de opiniões relacionava-se às três fases do Projeto.

Trinta e quatro indivíduos e organizações teriam sido convidados a opinar. Entre eles, destacam-se: prefeituras de seis municípios do estado de Minas Gerais; Associação Brasileira dos Produtores de Eucalipto para Uso Doméstico (ABEPED); Instituto Estadual de Florestas; “vizinhos da Plantar”; ONG Amigos da Terra; entidades educacionais; “cidadãos de Curvelo e outros membros da sociedade civil”; Secretarias de Estado de Minas Gerais; Clube dos Diretores Lojistas de Curvelo (MG); Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente; FASE-ES; Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Pequenos Produtores de Curvelo; e o *World Rainforest Movement* (WRM) (MCT, 2007a).

Observe-se que entre os atores convidados encontram-se representantes de entidades públicas, privadas e de terceiro setor. Alguns deles, a exemplo da ABEPED, possuem uma relação político-institucional de parceria com a empresa, visto representarem o mesmo setor produtivo. Outros, como a FASE-ES, organização integrante da Rede Alerta contra o Deserto Verde, e o WRF, participaram das manifestações contrárias ao Projeto.

Ao apresentar um resumo sobre as observações recebidas nessa etapa, a empresa afirma que esses salientaram a necessidade de o Projeto cumprir com seus objetivos de desenvolvimento sustentável, tanto a nível local quanto a nível regional, e que as críticas se restringem às atividades de florestamento e reflorestamento, e à substituição do uso do coque por carvão vegetal renovável na produção de ferro gusa. A empresa ressalta o fato de não ter havido, nesta etapa, nenhum comentário a atividade de mitigação de metano, objeto de avaliação pela AND até o momento (MCT, 2007a).

Neste mesmo documento, a empresa informa que as críticas recebidas foram detalhadamente respondidas pelo “Comitê de Participantes do PCF”, e que “os comentários e respostas estão disponibilizados ao público no site www.prototypecarbonfund.org.” (MCT, 2007a, p. 54). Não obstante intensa procura essas informações não foram localizadas no referido *website*.

✓ Etapa 2 (Novembro e Dezembro de 2006)

Essa etapa teria sido realizada conforme instruções da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, para o registro do projeto de MDL. Teria havido o encaminhamento, aos endereços oficiais das instituições pertinentes, de cartas registradas contendo convite para comentários, encarte com o resumo do Plano de Manejo da Plantar, e envelopes selados para retorno dos atores, sem o custo de postagem. Nessa fase, obedecendo-se ao disposto no artigo 3º, parágrafo II, da Resolução nº 1 da Comissão Interministerial, os atores teriam sido convidados a opinar sobre: a) Reflorestamento como Fonte Renovável de Suprimentos de Madeira para o Uso Industrial no Brasil; e b) Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da Plantar.

Cinquenta e dois indivíduos e organizações foram convidados a participar dessa segunda etapa de coleta de comentários. Nesta, verifica-se um aumento significativo de convites a representantes do poder público, representados, prioritariamente, por prefeituras e câmaras municipais de Minas Gerais. Chama a atenção, também, a inclusão do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (CODEMA) de cinco municípios daquele estado. Nessa etapa, a empresa ampliou a chamada a centros comunitários e associações de moradores e de produtores rurais, bem como a um número maior de sindicatos representantes dos trabalhadores rurais.

O DCP enumera cinco atores sociais que teriam se manifestado positivamente sobre os benefícios trazidos por essas atividades para o desenvolvimento sustentável das regiões atendidas, o que, supostamente de acordo com esses atores, poderia ser tomado como “exemplo às demais empresas em como administrar com tecnologia sem agredir ao meio ambiente” (MCT, 2007a, p. 53). A empresa ainda informa que o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento teria declarado forte interesse em avaliar o projeto, mas impossibilitado de fazê-lo. A mesma entidade teria sugerido o uso de critérios adicionais de sustentabilidade, a exemplo do *Gold Standard*, fundação que desenvolve projetos de MDL, cuja metodologia é aprovada por diversas ONGs em todo o mundo. Como resposta a esse comentário, a empresa teria reiterado convite para que o corpo técnico da entidade visitasse os locais do Projeto, esclarecendo, quanto ao uso de critérios adicionais de sustentabilidade, que as florestas já são certificadas por rígidos critérios do FSC.

✓ Etapa 3 (Janeiro e Fevereiro de 2007)

O Projeto teria sido disponibilizado no *website* das Nações Unidas, seção que trata de Mudanças Climáticas (UNFCCC – *Union Nation Framework on Convention Climate Change*), pelo prazo de 30 dias, para a coleta de comentários de partes interessadas. Nessa etapa, somente o projeto referente à mitigação do metano foi colocado acessível, tendo em vista ser o único submetido à apreciação, sendo que nenhum comentário foi apresentado.

Observe-se que, não obstante a atuação do Movimento – em resumo: elaboração e envio, via articulação em rede, das cartas-protesto; inserção de diversas informações depreciativas na mídia ligada a questões ambientais focadas no eucalipto; manifestações em eventos sociais e ambientais de grande repercussão internacional; e produção e veiculação de vídeo-documentário -, terem ocorrido no período decorrido entre as etapas de oitava de opiniões número 1 e 2, isto não é citado pela Plantar no Documento de Concepção do Projeto (DCP).

Isso não significa, contudo, que no período decorrido entre 2001 (etapa 1) e 2006 (etapa 2), a empresa ficou parada no que tange à realização de estratégias político-institucionais na busca tanto de minimizar os conflitos socioambientais que se apresentaram, como no sentido de legitimar-se frente a esses e outros atores sociais estratégicos, visando à aprovação do Projeto Plantar. Consta-se que, efetivamente, a existência das críticas e a forte atuação do Movimento fizeram com que a Plantar mudasse a forma de se relacionar com seus diversos *stakeholders*.

4. Mecanismos político-institucionais da Plantar para regulação dos conflitos

Segundo informações dos próprios analistas e gestores da Plantar, a empresa foi pega de surpresa quando tomou conhecimento sobre a primeira carta enviada pelo Movimento aos investidores do PCF (ANALISTA DE PROJETOS; GERENTE DE PROJETOS; informação verbal, 2007). Poucos dias antes do envio da carta, a empresa havia constatado uma publicação contrária ao Projeto, postada no *website* da WRM. Para eles, a principal consequência imediata desse documento foi o incômodo que ele causou perante os investidores do PCF. Sabiamente, o Movimento iniciou suas atividades enfocando os próprios apoiadores financeiros do projeto, visto que esses têm que “prestar contas” sobre a escolha dos projetos de MDL a serem financiados à sociedade civil local. Especialmente na Europa, verifica-se uma grande pressão, por parte dos atores sociais envolvidos nos debates ambientalistas e da comunidade em geral, para uma atuação responsável por parte dos países no combate às mudanças climáticas.

Não obstante o Banco Mundial conhecer o Projeto desde 1998, tendo contribuído para a formulação de sua concepção, diante da cobrança de explicações sobre as críticas, por parte

dos investidores do PCF, foi realizada uma *due diligence*, por parte do Banco, para verificar *in loco* a veracidade dos principais argumentos do Movimento. Com as informações colhidas no local, foi possível ao Banco auxiliar a Plantar nas explicações dadas aos investidores (ANALISTA AMBIENTAL; GERENTE DE PROJETOS; informação verbal, 2007).

Tendo em vista a constatação, anteriormente citada, de que os conflitos relacionados ao Projeto Plantar tiveram uma abrangência em diversas escalas, iniciando-se pelo local até chegar ao global, envolvendo inúmeros atores sociais, com interesses divergentes sobre os temas correlatos, verificou-se a necessidade de analisar quais as estratégias de relacionamento político-institucional utilizadas para cada um dos níveis. Em realidade, não se tratou de uma escolha metodológica, e sim de uma sistematização dos procedimentos adotados pela própria Plantar, ciente da necessidade de agir localmente e pensar globalmente, ao mesmo tempo em que busca atuar globalmente, tendo o local como referência.

Percebe-se, em cada um dos níveis de atuação da Plantar, do local ao global, a importância adquirida pelo estabelecimento de estratégias de relações públicas da empresa, no intuito de estabelecer canais de diálogo entre os diversos públicos envolvidos (direta ou indiretamente) no conflito, no sentido de buscar o estabelecimento de um consenso mínimo de interesses convergentes. Efetivamente, percebe-se que a Plantar, como tantas outras organizações, necessitou vivenciar um momento de crise institucional, de abalo de sua legitimidade perante seus mais diversos públicos de interesse, para internalizar a necessidade de harmonização de interesses entre os diversos *stakeholders* envolvidos em seus negócios – as comunidades vizinhas, as pessoas e organizações contrários ao eucalipto, os governos municipal, estadual e federal, as entidades de pesquisa, os clientes, os parceiros de forma geral, os concorrentes e o setor empresarial em que estão inseridos.

Os conflitos advindos do Projeto Plantar alteraram desde a forma de a empresa de relacionar com seus funcionários (que passaram a ter, por exemplo, condições de trabalho mais digna), com seus vizinhos de forma geral (que encontraram na empresa uma parceira para a busca de melhorias para a localidade onde está instalada), com as próprias ONGs e movimentos socioambientalistas (que, através da pressão, estão conseguindo garantir cuidados cada vez maiores ao meio ambiente e às populações que nele habitam), com o governo brasileiro (que passa a contar com mais um aliado pela valorização do crédito de carbono brasileiro).

As estratégias utilizadas pela Plantar para a regulação dos conflitos socioambientais relativos a seu projeto de MDL podem ser resumidas na Tabela 1.

5. Considerações finais

Esta pesquisa procurou investigar o crescimento da participação de diversos atores sociais não estatais na governança ambiental global e corporativa, bem como da influência desses atores na construção do que viria a ser o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), enquanto mecanismo de regulação de problemas ambientais globais. Foi realizada, ainda, uma análise sobre a participação brasileira no mercado de carbono. Todos esses estudos foram realizados a partir da constatação de que, em todas as questões relativas ao meio ambiente e às formas de utilização dos recursos naturais haverá, inevitavelmente, conflitos de ordem social e ambiental.

Observando-se, então, que a construção do MDL foi pautada nos modernos entendimentos sobre governança ambiental, havendo sido estipulados como requisitos básicos para a aprovação de seus projetos a atenção aos interesses das partes interessadas e a efetiva contribuição para o desenvolvimento sustentável, além de, é claro, a comprovação da redução de gases do efeito estufa ou da remoção de gás carbônico na atmosfera, constatou-se a necessidade de conhecer quais seriam os conflitos socioambientais existentes em projetos de MDL optando-se pela análise de um caso concreto, escolhendo-se o Projeto Plantar.

O projeto de MDL da Plantar, que durante esta pesquisa foi denominado como Projeto Plantar revelou-se, efetivamente, um rico caso de análise. Além dos três motivos fundamentais que levaram a sua escolha, quais sejam, (1) seu pioneirismo no mercado de carbono brasileiro, (2) a controvérsia existente sobre a metodologia de “sumidouros de carbono” via plantações florestais de eucalipto, e (3) a constatação da existência de inúmeras críticas a sua aprovação, perceberam-se ao menos outros dois fatores de grande influência na formação dos conflitos: o discurso sobre desenvolvimento praticado pelo Banco Mundial, parceiro da Plantar nesse projeto de MDL, e as discussões sobre a certificação FSC, que legitimaria as plantações de eucalipto como sustentáveis e como promotoras de desenvolvimento sustentável.

www.rgsa.com.br

Tabela 1. Estratégias de relacionamento político-institucionais adotadas pela Plantar

Nível Local	Nível Regional
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tentativa de aproximação com WRM e FASE ✓ Aproximação com diversos <i>stakeholders</i> locais (vizinhos, prefeituras, organizações da sociedade civil, escolas e universidades, conselhos municipais, institutos de pesquisa, mídia etc.), resultando em declarações favoráveis ao Projeto Plantar ✓ Estabelecimento de canais de diálogo com os <i>stakeholders</i> ✓ Realização de parcerias para projetos socioambientais ✓ Melhorias significativas na gestão socioambiental ✓ Implantação de sistemática de recepção e encaminhamento de demandas públicas ✓ Contratação de profissionais de comunicação social para residir na área do entorno florestal ✓ Elaboração e implementação de Plano de Gestão Social ✓ Criação de Comitê de Relações Socioambientais ✓ Criação de Gerência de Desenvolvimento Socioambiental e Qualidade ✓ Realização de programas sócio-culturais e de educação ambiental ✓ Estruturação de Departamento de Comunicação Corporativa ✓ Criação de Coordenação Socioambiental e de Segurança do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior aproximação com empresas dos setores de silvicultura e mineração ✓ Estreitamento de relações e efetiva participação em entidades e organizações representativas desses setores: Associação Mineira de Silvicultura (AMS), Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), Associação Baiana de Produtores Florestais (ABAF) ✓ Articulação com organizações da sociedade civil, a exemplo da ONG Espírito Santo em Ação e da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) ✓ Estabelecimento de relações com as secretarias estaduais de Indústria e Comércio, e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ✓ Realização de parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF)
Nível Nacional	Nível Internacional
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Efetiva participação no processo de revisão global do padrão de plantações da FSC, principalmente por meio de grupo estratégico criado pelo Instituto de Pesquisas Florestais da Esalq ✓ Maior aproximação com a Sociedade de Investigação Florestal (SIF) e a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) ✓ Ampliação de diálogo com a Associação Brasileira de Produtores Florestais (ABRAF) ✓ Aproximação com ONGs de atuação nacional, a exemplo da Amigos da Terra ✓ Participação na Confederação Nacional das Indústrias (CNI) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) ✓ Aproximação com a FSC Internacional ✓ Participação, desde 2003, nas Conferências das Partes (COP) de discussões sobre mudanças climáticas globais

Fonte: Elaboração própria.

Tendo-se em vista a riqueza de fatores de análise existente por detrás de um projeto dessa natureza, que procura, através de uma atividade local, contribuir para a solução de um problema global, foi necessário estabelecer-se um foco analítico. Isso foi realizado por meio da elaboração da pergunta que guiaria todos os passos desta investigação: “Quais as estratégias de relacionamento político-institucionais utilizadas para a regulação de conflitos socioambientais ocorridos durante o processo de elaboração, validação e aprovação do Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da empresa Plantar?”

Ao iniciar a pesquisa, foram estabelecidos dois pressupostos norteadores dos trabalhos: 1) a crença de que, durante o processo de elaboração, validação e aprovação de seu projeto de MDL, a Plantar teria buscado apenas o fortalecimento das estratégias político-institucionais já praticadas, com a adoção de poucas medidas específicas para o fortalecimento de sua legitimidade em relação ao projeto de MDL, e 2) a suspeita de que a comunicação organizacional teria sido utilizada pela Plantar de forma reativa, impossibilitando o alinhamento prévio de interesses entre a empresa e os atores sociais contrários ao projeto de MDL.

A ampla análise realizada demonstrou que a não confirmação do primeiro pressuposto. A partir do momento em que tomou conhecimento da existência de um movimento contrário não apenas ao seu projeto de MDL mas também à manutenção de sua certificação FSC, a empresa viu-se obrigada a alterar suas estratégias de relacionamento político-institucional. Até então, poucos eram os mecanismos de relacionamento adotados, por exemplo, com vizinhos, moradores das áreas de plantio de eucalipto, com ONGs ambientalistas, e até mesmo com outras empresas do setor de silvicultura. Cabe ressaltar, entretanto, que a atuação da empresa enquanto ator social influente no ambiente político-institucional, capaz de alterar, inclusive, as regras do jogo, ainda se encontra bastante incipiente. Somente recentemente a empresa vem se unindo a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e ao próprio Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CBDES), no sentido de influenciar a formulação das políticas brasileiras relativas ao MDL.

No entanto, o segundo pressuposto foi totalmente comprovado. As falhas de comunicação da empresa foram consideradas, pelos próprios gestores da organização, um importante entrave a ser solucionado. Além disso, a certificadora SCS, responsável pela avaliação do bom manejo florestal de acordo com as normas do FSC, considerou a comunicação e o relacionamento da empresa com seus *stakeholders* como fatores críticos, determinando-se a necessidade de melhorias nas relações comunitárias da empresa como uma “condicionante maior” para a manutenção da certificação, obrigando a empresa a realizar melhorias nesse sentido. Efetivamente, foi somente após a constatação da existência de conflitos relativos ao Projeto Plantar e de um consistente abalo em sua imagem institucional que a Plantar, de forma reativa à situação existente, iniciou a estruturar suas ações de comunicação e de relações públicas, delegando-lhes um papel estratégico em suas atividades.

Ao final da pesquisa, verificou-se que as estratégias de relacionamento político-institucionais utilizadas pela Plantar para a regulação dos conflitos socioambientais ligados a seu projeto de MDL podem ser resumidas da seguinte maneira:

- Melhorias nos relacionamentos entre a empresa e seus *stakeholders*, considerando-se a existência de partes interessadas em níveis local, regional, nacional e internacional.
- Colocação da atividade de relações públicas como ponto estratégico de sua gestão e de sua estrutura organizacional, deixando de adotar uma postura de comunicação apenas reativa.
- Incrementos efetivos em sua gestão socioambiental e em sua atuação em ações de responsabilidade socioambiental.
- Ampliação de sua atuação política frente a grupos de interesse relacionados tanto ao

mercado de carbono e ao MDL, como também à própria certificação FSC, procurando influenciar na construção das regras do jogo.

A constatação da adoção dessas estratégias é percebida nas diversas entrevistas realizadas com analistas e gestores da Plantar, em diálogos mantidos com alguns dos *stakeholders* locais, e, principalmente, pela análise da documentação referente ao Projeto Plantar e à atuação socioambiental da empresa, tendo ênfase em seu processo de certificação FSC.

Aparentemente, o Movimento Contrário ao Projeto Plantar enfraqueceu-se. No entanto, acredita-se que a Plantar deve estar sempre preparada para novas situações de crise. Os preceitos de comunicação organizacional e relacionamento de organizações com suas partes interessadas comprovam que, para garantir a legitimação de uma organização perante seus públicos de interesse é necessário investir, constantemente, em estratégias de relacionamento político-institucional.

Não é possível afirmar quais serão os próximos passos do Movimento, se é que eles ocorrerão. Apesar da extensa pesquisa realizada, não foi identificada nenhuma atividade após 2005. As próprias integrantes entrevistadas pessoalmente falaram sobre o enfraquecimento e desarticulação do Movimento, ocorridos especialmente por: 1) pressões exercidas pela própria empresa; 2) influência de atores sociais ligados à Plantar, a exemplo de Prefeituras; e 3) desmobilização local, ocorrida a partir da aproximação da empresa com as comunidades e demais instituições locais.

Conforme verificado no decorrer da pesquisa, por trás do Projeto Plantar há muitos interesses envolvidos. Esses interesses ultrapassam em muito o limite da localidade onde as atividades de projeto de MDL estão sendo desenvolvidas. Essa extrapolação ocorre por conta de diversos fatores: 1) trata-se de projeto que visa à defesa de um bem comum da humanidade, a atmosfera; 2) ainda há muitas incertezas em relação à efetividade do Protocolo de Kyoto enquanto instrumento de minimização das mudanças climáticas; 3) as alterações a serem realizadas não apenas pela Plantar, mas por todas as empresas, nações e a própria sociedade no sentido de minimizar os impactos da ação humana sobre o clima envolvem o modelo de desenvolvimento adotado pelas civilizações e os padrões de consumo vigentes.

Em realidade, a discussão sobre o Projeto Plantar demonstrou ultrapassar também as fronteiras dos projetos de MDL propriamente ditos. Há inúmeros fatores em jogo, dentre os quais se podem citar: interesses internacionais de regulação de mercado, preocupados com o crescimento da matriz energética à base de eucalipto no Brasil; movimento ambientalista de atuação global que critica, de forma veemente e amparado em dados científicos, o modelo de monocultura agrícola, tendo em vista os impactos sociais e ambientais envolvidos; as discussões acerca do eucalipto propriamente dito, cultura exógena cuja implantação, no modelo tradicionalmente adotado, sem o adequado manejo, causa diversos impactos sociais e ambientais negativos; as estratégias do Banco Mundial para auxiliar o desenvolvimento dos países emergentes; a (in)coerência sobre a certificação de bom manejo florestal concedida a plantações de eucalipto que, segundo uma forte corrente científica, sequer poderiam ser consideradas florestas.

Acredita-se que o resultado desta pesquisa possa colaborar para os estudos sobre conflitos socioambientais no Brasil, acrescentando a eles um olhar até então pouco explorado: a importância da incorporação de um dos elementos da comunicação organizacional, as relações públicas, como estratégia político-institucional de regulação de conflitos socioambientais. Entende-se, ainda, que este estudo possa colaborar para que as empresas proponentes de projetos de MDL passem a ter um novo olhar sobre o impacto de suas atividades perante seus públicos, ampliando, assim, seu entendimento acerca de quem seriam, efetivamente, as “partes interessadas” e sobre como proceder para legitimar a si e a seus projetos perante esses públicos, visando à diminuição dos conflitos socioambientais que

certamente existirão e, assim, facilitar o processo de aprovação e conseqüente comercialização das CERs.

Acredita-se na adoção de estratégias de relações públicas como instrumento efetivo de regulação de conflitos socioambientais relativos a projetos de MDL, possibilitando sua real minimização. Entende-se que, através da utilização de princípios básicos de comunicação organizacional, é possível o estabelecimento de consensos mínimos entre uma organização e seus públicos, permitindo a obtenção de uma efetiva cooperação no desenvolvimento de suas atividades. A adoção de posturas proativas como o real conhecimento sobre quem são os públicos da organização, qual o seu entendimento acerca de determinada atividade ou projeto a ser desenvolvido, o estabelecimento de estratégias de diálogo claro e transparente possibilitam a harmonização prévia de interesses, reduzindo as zonas de conflitos.

A adoção de estratégias de relacionamento entre uma empresa e seus públicos, entre uma organização e os atores sociais direta ou indiretamente impactados por suas atividades, permite um reconhecimento mútuo, possibilita a busca pela equalização de interesses e visões, a criação de vínculos essenciais para a construção de uma identidade forte e positiva, que legitima uma boa imagem perante a sociedade, facilitando processos de negociação e reduzindo o impacto de situações de crise. Não se afirma, aqui, a utopia da inexistência de conflitos. A dualidade de olhares e interesses sob os recursos ambientais é uma realidade. O que se afirma é efetiva possibilidade de minimização destes conflitos através de um diálogo mais fluido, e do estabelecimento de tentativas de compreensão mútua.

No caso específico da Plantar, verifica-se que ela, antes de lançar-se ao desafio de ser um dos primeiros projetos do mundo a negociar créditos de carbono, de ser o primeiro projeto de MDL a ser financiado pelo Banco Mundial, deveria, primeiramente, conhecer melhor a si própria e à proposta apresentada. Ou seja, a empresa deveria ter realizado uma leitura das ameaças e oportunidades ligadas a um projeto dessa natureza. Desta forma, saberia que seu projeto de MDL, por envolver questões tão controversas como o próprio eucalipto e seu modelo de cultivo, a certificação FSC em plantações florestais, a flexibilização dos países desenvolvidos para atingir suas metas de redução de GEE, e o próprio modelo de desenvolvimento praticado em níveis globais, traria consigo muitos conflitos.

Conhecendo mais profundamente a realidade em que estaria se envolvendo, poderia mapear e conhecer com profundidade os públicos que estariam direta ou indiretamente impactados, mesmo que ideologicamente falando, por esse projeto. Saberia, assim, qual o grau de dependência, participação e interferência desses públicos sobre os seus negócios, podendo elaborar as diretrizes de sua atuação perante esses atores, antes mesmo que lançar-se a colher formalmente suas opiniões. Poderia, de maneira proativa, garantir o alinhamento com setores envolvidos com a questão, realizar consultas a pessoas-chave ligadas ao objeto do projeto, promover o diálogo entre os envolvidos, estabelecer canais para a solução de dúvidas e para a coleta de opiniões, acompanhar a implementação das possíveis soluções negociadas, transmitir informações de interesse real das partes envolvidas.

Ciente das ressalvas a uma generalização dos resultados encontrados em um estudo de caso único, sugere-se, entretanto, a todas as organizações que pretendem lançar-se ao ainda incerto e conflitivo “mundo” dos projetos de MDL que realizem, paralelamente ao seu projeto propriamente dito, um planejamento estratégico das ações de comunicação e de relacionamento político-institucional que serão desenvolvidas a fim de regular os conflitos que certamente surgirão. Isso porque acredita-se que as questões relativas às mudanças climáticas, redução de emissões de carbono e outros gases do efeito estufa e o próprio Protocolo de Kyoto ainda serão tema de muitas discussões. Ambientalistas questionam fortemente a efetividade das ações que estão sendo tomadas, para uma real diminuição dos impactos antrópicos sobre o meio ambiente.

O debate sobre as atitudes necessárias à mudança, tanto por parte de empresas, como

também do governo e da própria sociedade envolve, no entanto, uma questão muito mais complexa: o modelo de desenvolvimento até então adotado, e o modelo que será implementado de agora em diante. Disso depende o futuro não apenas do Planeta mas de todos os seus habitantes (considerando-se aqui seres humanos, fauna e flora). Certamente, o papel das empresas (tema central deste estudo) será fundamental para determinar os rumos dessas mudanças. Sua adaptação aos novos tempos está exigindo, e exigirá, ainda muito mais alterações não apenas tecnológicas e processuais, mas também na sua forma de relacionamento com os atores sociais estratégicos aos seus negócios. Somente dessa forma as empresas conseguirão ao menos certo consenso sobre os inevitáveis conflitos ligados aos impactos de suas atividades ao meio ambiente, obtendo, assim, ao menos uma cooperação mínima, absolutamente necessária para o sucesso de suas iniciativas.

No tocante ao Projeto Plantar, vê-se que, não obstante a lógica da Plantar e do próprio Banco Mundial, via PCF, entender que o Projeto Plantar trará benefícios sociais e ambientais, essa opinião não é pactuada por uma parte significativa de seus públicos de interesse. Em sua visão há impossibilidade de um projeto relacionado a plantações de eucalipto poder ser considerado uma atividade que gere desenvolvimento sustentável e, possivelmente, não haverá consenso nesse sentido. Dessa forma, resta à Plantar continuar buscando estratégias que, ao menos, minimizem os conflitos existentes, tanto a nível local quanto a nível global.

Entende-se que, localmente, as estratégias de relacionamento político-institucional adotadas, com especial ênfase às ações de comunicação organizacional, têm surtido um efeito positivo. Ao aproximar-se das comunidades locais, adotar uma política de comunicação transparente, promover o diálogo, buscar parcerias com os atores sociais locais em projetos de efetivo ganho para a sociedade, melhorar suas estratégias de gestão socioambiental, entre outras ações, a empresa conseguiu legitimar-se perante seus *stakeholders* a nível local. Isso enfraqueceu os críticos à empresa e, conseqüentemente, ao Projeto.

Todavia, a nível internacional, vê-se que não se trata de uma legitimação individual. Ou seja, não basta que a Plantar busque, sozinha, regular conflitos que não são só seus. Há diversos interesses nacionais por trás das críticas existentes. A empresa já entendeu a necessidade de aprimorar seu relacionamento institucional com organizações que aglutinem o interesse de todo um setor e, por que não afirmar, de toda a nação. Com isso, está buscando melhorias em seus processos comunicacionais e relacionais também a nível nacional, visando, inclusive, a influenciar nas políticas públicas a serem adotadas pelo Brasil no que tange a seu posicionamento mundial sobre os projetos de MDL brasileiros.

6. Referências

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004.

AGB – Associação dos Brasileiros et al. **Para os investidores do PCF (Prototype Carbon Fund)**. Carta-manifesto contrária ao Projeto Plantar, enviada em 26 de março de 2003. Disponível em <<http://www.fern.org/pubs/ngostats/Plantport.htm>>. Acesso em 22 fev. 2007.

ANALISTA DE PROJETOS. *As peculiaridades do Projeto Plantar*. Entrevista concedida por Analista de Projetos de Carbono da Plantar S.A. [Set. 2007]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

ANDRADE, J. C. Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A. (1990-1999). Tese de Doutorado.

Escola de Administração/UFBA, 2000. 420p.

ANDRADE, J. C. S. ; FRANCO, M. T. ; GOES, M. F. B. ; REZENDE, F. Programa Berimbau: Iniciativa Político-Institucional de Regulação de Conflitos Socioambientais na Área de Influência de Costa do Sauípe - BA. In: **Anais do ENANPAD**, 2005, Brasília.

ANDRADE, J.C e DIAS, C.C. Conflito e cooperação: análise das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A. Ilhéus, BA: Editus, 2003.

ASSOCIATION OF CONSCIENCE ON OCCUPATIONAL PREVENTION/BRAZIL (ACPO) et al. **Ao Sr. Ken Newcombe – Senior Manager Carbon Finance Business – Banco Mundial**. Cartas-manifesto contrárias ao Projeto Plantar, enviadas em 17 de setembro e em 4 de dezembro de 2003. Disponíveis em <<http://www.sinkswatch.org/pubs/Carta%20Plantar%204%20ingl%EAs.doc>>. Acesso em 07 jul. 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB) et al. **Para os investidores do PCF (Prototype Carbon Fund)**. Carta-manifesto contrária ao Projeto Plantar, enviada em 26 de março de 2003. Disponível em <<http://www.fern.org/pubs/ngostats/Plantport.htm>>. Acesso em 22 fev. 2007

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE (AMDA). **À Plantar S.A.** Carta de apoio ao Projeto de MDL da Plantar. Belo Horizonte. 20 jul. 2000.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE SILVICULTURA (AMS). O eucalipto no Brasil. In: **Boletim AMS**. Março de 2001. Disponível em <www.almg.gov.br/Publicacoes/Eucalipto/brasil_minas.pdf> Acesso em 19 fev., 2007

BANCO MUNDIAL. **Financiamentos de Carbono**. Publicado na página de Programas Especiais. Disponível em <http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_folder/2426.html> Acesso em 28 dez. 2006

CARBONO FINANCE, Plantar sequestration and biomass use documents. In: Prototype Carbon Fund. Disponível em <<http://carbonfinance.org/Router.cfm?Page=PCF&FID=9707&ItemID=9707&ft=Projects&ProjID=9600>>. Acesso em 22 dez. 2006

CDM WATCH. **The World Bank and the Carbon Market: rethoric and reality**. Abril de 2005. Disponível em <<http://www.sinkswatch.org/pubs/CDM%20Watch%20World%20Bank%20rethoric%20and%20reality.pdf>>. Acesso em 21 jan. 2008

COLLER, Taciana. **Bird inicia negociação de carbono**. Jornal Valor Econômico. Disponível em <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.694.html>> Acesso em 20 dez. 2006

COMISSÃO INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA (CIMGC). **Resolução n. 1**. Brasília, setembro de 2003.

DET NORSKE VERITAS (DNV). **Relatório de Validação do projeto “Mitigação das Emissões de metano na produção de carvão vegetal da Plantar no Brasil”**. Março de 2007. Disponível em <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em 17 mai. 2007

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). **Manifesto contra o deserto verde e a favor da vida**. 19/05/2004. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=50&mat_id=3430>. Acesso em 02 ago. 2007

FOREST STEWARDSHIP COUNCIL (FSC BRASIL). Disponível em <<http://www.fsc.org.br>>. Acesso em 21 jan. 2008

GOBBI, B.C. & BRITO, M.J. A interação empresa e meio ambiente: uma análise interpretativa do processo de gestão socioambiental. **Anais do VIII Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)**. Rio de Janeiro/RJ, FEA (USP), EAESP (FGV-SP) e EBAPE (FGV-RJ), 2005.

GRUPO PLANTAR. **Projeto Carbono**. Disponível em <<http://www.plantar.com.br/>>. Acesso em 05 jan. 2008

_____. **Carta-resposta da Plantar ao PCF** referente “Carta da FASE-ES”. Belo Horizonte. Abril de 2003. E-mail para VENTURA, A. C. (andreaventura@oi.com.br)

_____. **Documento de Concepção do Projeto de Mitigação de Metano**. Março de 2007. Disponível em <www.mct.gov.br>. Acesso em 21 mai. 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro, 1995.

INTEGRANTES DO MOVIMENTO. **Motivações e argumentos para as críticas ao Projeto Plantar**. Entrevistas concedidas por integrantes do Movimento Contrário ao Projeto Plantar. [Set. 2007]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

_____. **Motivações e argumentos para as críticas ao Projeto Plantar**. Entrevistas concedidas por integrantes do Movimento Contrário ao Projeto Plantar. [Fev. 2008]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

INTERNATIONAL EMISSION TRADING ASSOCIATION (IETA). **Brazil opens carbon credit market**. Disponível em <<http://www.ieta.org/ieta/www/pages/index.php?IdSitePage=954>>. Acesso em: 24 nov. 2006.

KILL, Jutta. **Fundos de carbono do Banco Mundial no Brasil: novas fontes de financiamento para plantações industriais de árvores**. Boletim do World Rainforest Movement. Número 76. Novembro 2003. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/76/carbono.html#Brasil>>. Acesso em 13/02/2007

KUNSCH, M. M. K. . Comunicação Organizacional: surgimento e evolução das práticas, conceitos e dimensões. In: Clotilde Perez; Ivan Santo Barbosa. (Org.). **Hiperpublicidade: Fundamentos e Interfaces**. 1 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007, v. 1, p. 369-390.

_____. Relações públicas e a filosofia da comunicação integrada. In: KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003. p. 149-187.

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica Internacional**. Tradução Jacob Gorender. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

LOPES, I. V. (Coord.). **O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL: Guia De Orientação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MENDES, T. Entrevista concedida pelo Analista de Projetos sobre Carbono do Grupo Plantar. [Dez. 2006]. Entrevistadora: Andréa C. Ventura.

MESTIERI, C. E. Relações Públicas. Arte de Harmonizar Expectativas. São Paulo: Aberje, 2004.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT, **Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da Plantar**. In: Projetos Aprovados nos Termos da Resolução nº 1. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/47722.html>>. Acesso em: 01 jun. 2007.

_____, **Status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no Mundo**. In: Mudanças Climáticas. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/30317.html>>. Acesso em: 16 jun. 2007.

NEVES, R. C. **Comunicação Empresarial Integrada: como gerenciar: imagem, questões públicas, comunicação simbólica, crises empresariais**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

OVERBEEK, W. Entrevista concedida por integrante da FASE/ES, uma das entidades contrárias ao Projeto Plantar. [Fev. 2007]. Entrevistadora: Andréa C. Ventura.

_____. <winnie.fase@terra.com.br>. Re: Dissertação de Mestrado sobre Projeto Plantar. Cartas-manifesto contrárias ao Projeto Plantar. Mensagem enviada para andreaventura@oi.com.br em 28 fev. 2007

PROTOCOLO DE KYOTO. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_quioto2.php> Acesso em 31 jan. 2007

SCOTTO, G. (Organizador). **Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns?**. Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

SCOTTO, Gabriela; LIMONCIC, Flavio [orgs.]. **Conflitos sócio-ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Projeto Meio Ambiente e Democracia; IBASE, 1997.

SCS. **Relatório de Avaliação de Re-certificação do Manejo Florestal das Plantações Florestais da Plantar S.A.** Junho de 2006.

<http://www.scs-certified.com/PDFS/forest_plantar_port.pdf>. Acesso em 10 set. 2007

SIMÕES, R. P. **Relações Públicas: função política**. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

SUPTITZ, A. **Prezados Membros do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**. Carta-manifesto contrária ao Projeto Plantar, enviada em junho de 2004. Disponível em <<http://www.sinkswatch.org/>>. Acesso em 20. dez. 2006

THE GOLD STANDARD. Premium quality carbon credits. Disponível em <<http://www.cdmgoldstandard.org/>>. Acesso em 10 jul. 2007

TORRES, C.A.R., COSTA e SILVA, F.E., e CUNHA, I.A. Resolução de conflitos ambientais e gerenciamento ambiental. **Anais do VIII Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)**. Rio de Janeiro/RJ, FEA (USP), EAESP (FGV-SP) e EBAPE (FGV-RJ), 2005.

VEIGA, J. E. da **Meio Ambiente & Desenvolvimento**. São Paulo, Editora Senac, São Paulo, 2006.

VELA, J. A. A. & FERREIRA, E. Vantagem Competitiva do Brasil nos Projetos de MDL. **Anais do VIII Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)**. Rio de Janeiro/RJ, FEA (USP), EAESP (FGV-SP) e EBAPE (FGV-RJ), 2005.

VENTURA, A. e ANDRADE, J. C. “O Protocolo de Quioto e a Inauguração de um Novo Mercado Financeiro para o Brasil”. **Anais do Congresso Acadêmico de Meio Ambiente (CADMA)**. Niterói, RJ: 2006.

VIOLA, E. As Complexas Negociações Internacionais para Atenuar as Mudanças Climáticas. In: **Meio Ambiente no Século XXI**. TRIGUEIRO, A. (Coord.), Armazém do Ipê Autores Associados, 4ª ed., Campinas/SP, 2005.

WORLD RAINFOREST MOVEMENT - WRM. **Brazil: Eucalipto e Conferencia sobre a Mudança climática em Milão**. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/alerts/december03.html>>. Acesso em 20 dez. 2006

_____. **Brasil: plantações de eucalipto da Plantar, créditos de carbono e população local**. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/70/AS.html#Brasil>>. Acesso em 12 fev. 2007

_____. **Evaluation report of V&M Florestal Ltda. and Plantar S.A. Reflorestamentos**, both certified by FSC - Forest Stewardship Council. Brasil, novembro de 2002. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/fsc.html>>. Acesso em 01 ago. 2007

_____. **Nothing prevents the FSC certification?** (Resposta ao relatório de re-certificação da Plantar). 2003. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/letterRR.html>> Acesso em 02 ago. 2007

_____. Brasil: entidades e representantes da sociedade civil denunciam atividades da Plantar S.A. perante o PCF. **Boletim WRM**. Número 65. Dezembro de 2002. Disponível

em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/65/AS.html#Brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2007

_____. Fundos de carbono do Banco Mundial no Brasil: novas fontes de financiamento para plantações industriais de árvores. **Boletim do WRM**. Número 76 – Novembro de 2003. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/76/carbono.html#Brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2007

_____. Plantar recebe prêmio por pior projeto de sumidouro de carbono e contrata. **Boletim WRM**. Número 77. Dezembro de 2003. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/77/AS.html#Brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2007

_____. A Revisão da Certificação de Plantações do FSC. **Boletim WRM**. Número 108 - Julho 2006. <<http://www.wrm.org.uy/boletim/108/opiniaio.html#Brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2007